

007/94

O IPTU do alcaide paulistano

A coerência deveria ser o sinal mais relevante da política e apenas os coerentes, independentemente de suas convicções ideológicas, deveriam merecer apoio de seus eleitores. Apesar de Carl Schmitt (*O conceito do político*) reduzir a política à ciência que estuda a oposição entre amigos e inimigos, considerando despienda a ética, o certo é que a sociedade almeja encontrar candidatos éticos.



Não há democracia enquanto os políticos cederem às conveniências

Lamentavelmente, não é a coerência o atributo maior dos políticos brasileiros. O ex-presidente cassado, depois de ter acusado seu opositor de pretender "dar o calote" da dívida pública, praticou o ato que condenara, levando a perplexidade a seus eleitores e, certamente, diminuindo o apoio que recebera nas urnas, apoio este que foi reduzido a nada quando do impeachment.

O alcaide paulistano, sem ter compreendido a lição sinalizada no plano federal, parece ingressar pela mesma linha de incoerência. Depois de ter feito sua campanha atacando a prefeita de São Paulo por causa do IPTU, utilizando-se, inclusive, de frase de indiscutível mau gosto, como "votou no PT, tomou no IPTU", prometeu, ao final da campanha e em debate com seu

adversário, que em sua administração não haveria aumento de IPTU.

As promessas dos políticos valem pouco. E as do atual burgomestre muito pouco. Enterra-se, o condutor paulistano, na vala comum dos que entendem que as promessas são apenas feitas para se ganhar as eleições, mas não para serem cumpridas.

O IPTU dos paulistanos foi elevado em mais de 100% (au-

mento médio da planta genérica de valores adicionado à correção diária do tributo), chegando, em alguns casos, como noticiou o Estado de S. Paulo, em sua edição de 24/1/94, a 2.000%. Apenas a correção diária, se comparada com a dos anos anteriores, equivale a um aumento real superior a 20%.

Ora, apesar de ter descumprido a promessa feita ao eleitorado paulistano que nele votou, desperdiça o dinheiro público na televisão para, em propaganda falaciosa (arrecadará em dólares praticamente o dobro do que arrecadou em 93), esconder o efetivo aumento, que está retirando de uma cidade, em que o salário dos trabalhadores tem aumento mensal e não diário e em que os locatários, sem casa própria, são os principais atingidos.

Com o apoio do PT, critiquei Jânio Quadros pelo aumento do IPTU, aumento que hoje o transformaria, pela suavidade, em carmelita descalça. Com o apoio do atual alcaide, critiquei a prefeita Erundina por seus aumentos, inclusive, a meu ver, inconstitucionais, à luz do princípio da progressividade, inaplicável de forma linear para todos os imóveis de São Paulo. Não posso deixar de manifestar a profunda desilusão que me causa, agora, a "vampiragem fiscal" do alcaide paulistano, numa época em que os contribuintes são esmagados de todas as formas pela sanha confiscatória que tomou conta de todas as esferas de

poder neste país.

É necessário que o eleitor tenha memória e aprenda a exercer sua cidadania, cobrando de seus eleitos, em primeiro lugar, a coerência. Não há democracia forte enquanto os políticos cederem às conveniências e fraquezas que surgem da detenção do poder. Somente no dia em que as promessas eleitorais forem cumpridas, os nossos políticos ganharão a dimensão de estadistas e o Brasil será um autêntico Estado de Direito.

■ Ives Gandra da Silva Martins é presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo

